

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos para apreciação de V.Sas. às demonstrações contábeis da FINANSINOS S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, bem como as Notas Explicativas e os Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho de Administração, atendendo as determinações do Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários.

Ambiente Econômico

Com um cenário de baixo crescimento, aumento da inflação e desaceleração do investimento, a economia apresenta uma certa instabilidade neste quarto trimestre de 2014. Apesar disso a previsão para o próximo ano é mais otimista para o mercado de financiamentos, com uma retomada gradativa dos negócios, pois a expectativa é de manutenção dos juros elevados, visto que a redução da inflação é a principal meta do governo.

Resultado do Exercício e Dividendos

O lucro líquido da empresa no exercício atingiu R\$ 681 mil, correspondendo a uma rentabilidade de 3,17% sobre o patrimônio líquido inicial. Esse resultado foi possível pelo bom desempenho operacional, associado ao ganho em processo judicial ocorrido no primeiro semestre e pela venda de títulos e valores mobiliários no decorrer do segundo semestre.

Neste exercício foi creditado R\$ 0,45 por ação no valor de R\$ 411 mil a título de Juros sobre o Capital Próprio (JCP), o qual será imputado ao valor dos dividendos de que trata o art. 202 da Lei n.º 6.404/76, conforme previsto no art. 9º da Lei n.º 9.249/95. Do valor dos JCP R\$ 0,30 por ação, no montante de R\$ 274 mil, foram referentes ao 1º semestre e pago aos acionistas em 28.07.2014. O saldo dos JCP R\$ 0,15 por ação, no montante de R\$ 137 mil relativo ao 2º semestre será pago até 28 de fevereiro de 2015. Os valores creditados a título de JCP sofrerão incidência de imposto de renda retido na fonte (IRRF) à alíquota de 15%.

Ativos e Outras Operações

Os Títulos e Valores Mobiliários são títulos disponíveis para venda, representados por Cotas de Fundos de Investimento e de ações de Companhia Aberta.

Em atendimento à Instrução CVM N.º 381/03, esclarecemos que os auditores independentes não prestaram outros serviços além da auditoria externa no período.

Atendendo as Resoluções N° 3.380, 3.464, 3.721, 3.988 e 4.090 do BACEN, informamos que foi criada, respectivamente, a estrutura de gerenciamento de capital bem como a estrutura de gerenciamento do risco operacional, de crédito, de mercado e de liquidez, sendo efetivamente implementadas, através de ferramentas específicas para a identificação e o monitoramento dos riscos, cujo relatório anual sobre a gestão de riscos se encontra à disposição na sede da empresa. A metodologia de cálculo adotada para o cálculo da parcela do patrimônio de referência exigido relativo ao risco operacional é “Abordagem do Indicador Básico” (Resolução N° 4.193 e Circular N° 3.640).

Considerações Finais

Manifestamos nosso reconhecimento pela preferência e confiança que nossos clientes e acionistas sempre nos têm dispensado e aos nossos funcionários pelo apoio e empenho demonstrados.

Novo Hamburgo, 26 de janeiro de 2015.

Conselho de Administração e Diretoria

FINANSINOS S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
CNPJ 91.669.747/0001-92

BALANÇO PATRIMONIAL
Pela Legislação Societária

ATIVO	31.12.2014	31.12.2013
	R\$ MIL	R\$ MIL
CIRCULANTE	23.428	22.932
DISPONIBILIDADES	258	355
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	4.052	4.021
Aplicações Em Depósitos Interfinanceiros	4.052	4.021
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	5.018	5.286
Carteira Própria	5.018	5.286
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	14.062	13.103
Setor Privado:		
Operações de Crédito Normal	15.030	14.397
Provisão p/Oper. de Créd. de Liq. Duvidosa	(968)	(1.294)
OUTROS CRÉDITOS	11	102
Impostos e Contribuições a Compensar	11	102
OUTROS VALORES E BENS	27	65
Outros Valores e Bens	14	9
Despesas Antecipadas	13	56
NÃO CIRCULANTE	6.139	5.771
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	4.702	4.396
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.618	3.068
Setor Privado:		
Operações de Crédito Normal	4.062	3.168
Provisão p/Oper. de Créd. de Liq. Duvidosa	(444)	(100)
OUTROS CRÉDITOS	1.064	1.328
Créditos Tributários	1.019	1.255
Devedores por Dep. em Garantia	31	59
Opções p/Incentivos Fiscais	14	14
OUTROS VALORES E BENS	20	0
Despesas Antecipadas	20	0
PERMANENTE	1.437	1.375
INVESTIMENTOS	21	21
Investimentos por Incentivos Fiscais	10	10
Ações e Cotas	9	9
Outros Investimentos	2	2
IMOBILIZADO DE USO	1.416	1.354
Imóveis de Uso	2.095	2.095
Outras Imobilizações de Uso	1.027	948
Depreciações Acumuladas	(1.706)	(1.689)
TOTAL	29.567	28.703

FINANSINOS S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ 91.669.747/0001-92

BALANÇO PATRIMONIAL

Pela Legislação Societária

PASSIVO	31.12.2014	31.12.2013
	R\$ MIL	R\$ MIL
CIRCULANTE	6.013	6.867
RECURSOS DE ACEITES E EMISS. DE TÍTULOS	4.702	4.498
Recursos de Aceites Cambiais	4.702	4.498
OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.311	1.369
Cobrança e Arrec. de Tributos	30	10
Sociais e Estatutárias	207	240
Fiscais e Previdenciárias	180	226
Provisão p/Pagamentos a Efetuar	465	663
Prov. para Passivos Contingentes	31	59
Diversas	398	171
NÃO CIRCULANTE	1.443	1.343
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.443	1.343
OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.443	1.343
Fiscais e Previdenciárias	1.443	1.343
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22.111	21.493
CAPITAL		
Ações Ordinárias - País	12.351	12.351
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	638	657
RESERVAS DE LUCROS	7.450	6.983
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	1.672	1.502
TOTAL	29.567	28.703

FINANSINOS S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
CNPJ 91.669.747/0001-92

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Pela Legislação Societária

	01.07.2014	01.01.2014	01.01.2013
	a	a	a
	31.12.2014	31.12.2014	31.12.2013
	R\$ MIL	R\$ MIL	R\$ MIL
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	4.039	7.295	7.215
Operações de Crédito	3.041	5.909	5.781
Resultado de Operaç. Com.Tít. e Val. Mobil.	998	1.386	1.434
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(818)	(1.449)	(1.399)
Operações de Captação no Mercado	(242)	(457)	(361)
Provisão para Créditos de Liq. Duvidosa	(576)	(992)	(1.038)
RESULTADO BRUTO DA INTERM. FINANCEIRA	3.221	5.846	5.816
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(2.596)	(5.413)	(4.998)
Receitas de Tarifas Bancárias	252	449	529
Despesas de Pessoal	(1.999)	(4.066)	(3.817)
Outras Despesas Administrativas	(620)	(1.326)	(1.155)
Despesas Tributárias	(202)	(408)	(389)
Outras Receitas Operacionais	34	61	21
Outras Despesas Operacionais	(61)	(123)	(187)
RESULTADO OPERACIONAL	625	433	818
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	3	846	8
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	628	1.279	826
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(235)	(482)	(310)
Provisão Para Imposto de Renda	(147)	(302)	(189)
Provisão Para Contribuição Social	(88)	(180)	(121)
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	(58)	(116)	(54)
LUCRO LÍQUIDO	335	681	462
LUCRO POR AÇÃO EM R\$	0,37	0,74	0,51

FINANSINOS S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ 91.669.747/0001-92

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Pela Legislação Societária

R\$ MIL

PATRIMÔNIO LÍQUIDO EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGEN- TES	RESERVAS DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS ACUMU- LADOS	TOTAL	RESULTADO ABRANGENTE DA COMPANHIA
			LEGAL	ESPECIAL				
PERÍODO DE 01.07.2014 A 31.12.2014								
SALDOS NO INÍC.DO PERÍODO	12.351	647	379	6.802	1.988	0	22.167	0
OUTROS EVENTOS	-	(9)	-	-	-	16	7	7
Realização de Res. de Reavaliação	-	(16)	-	-	-	16	0	-
Imposto e Contrib.s/Res.de Reavaliação	-	7	-	-	-	-	7	7
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-	-	-	-	(316)	-	(316)	(316)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	-	-	-	-	-	335	335	335
DESTINAÇÕES	-	-	12	257	-	(351)	(82)	-
Juros s/Capital Próprio	-	-	-	-	-	(137)	(137)	-
Efeito Tributário s/Juros	-	-	-	-	-	55	55	-
Reservas	-	-	12	257	-	(269)	0	-
SALDOS NO FIM DO PERÍODO	12.351	638	391	7.059	1.672	0	22.111	26
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	(9)	12	257	(316)	0	(56)	26
PERÍODO DE 01.01.2014 A 31.12.2014								
SALDOS NO INÍC.DO PERÍODO	12.351	657	370	6.613	1.502	0	21.493	0
OUTROS EVENTOS	-	(19)	-	-	-	33	14	14
Realização de Res. de Reavaliação	-	(33)	-	-	-	33	0	-
Imposto e Contrib.s/Res.de Reavaliação	-	14	-	-	-	-	14	14
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-	-	-	-	170	-	170	170
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	-	-	-	-	-	681	681	681
DESTINAÇÕES	-	-	21	446	-	(714)	(247)	-
Juros s/Capital Próprio	-	-	-	-	-	(411)	(411)	-
Efeito Tributário s/Juros	-	-	-	-	-	164	164	-
Reservas	-	-	21	446	-	(467)	0	-
SALDOS NO FIM DO PERÍODO	12.351	638	391	7.059	1.672	0	22.111	865
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	(19)	21	446	170	0	618	865
PERÍODO DE 01.01.2013 A 31.12.2013								
SALDOS NO INÍC.DO PERÍODO	12.351	677	353	6.246	2.158	0	21.785	0
OUTROS EVENTOS	-	(20)	-	-	-	32	12	12
Realização de Res. de Reavaliação	-	(32)	-	-	-	32	0	-
Imposto e Contrib.s/Res.de Reavaliação	-	12	-	-	-	-	12	12
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-	-	-	-	(656)	-	(656)	(656)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	-	-	-	-	-	462	462	462
DESTINAÇÕES	-	-	17	367	-	(494)	(110)	-
Juros s/Capital Próprio	-	-	-	-	-	(183)	(183)	-
Efeito Tributário s/Juros	-	-	-	-	-	73	73	-
Reservas	-	-	17	367	-	(384)	0	-
SALDOS NO FIM DO PERÍODO	12.351	657	370	6.613	1.502	0	21.493	(182)
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	(20)	17	367	(656)	0	(292)	(182)

FINANSINOS S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ 91.669.747/0001-92

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

Pela Legislação Societária

	01.07.2014	01.01.2014	01.01.2013
	a	a	a
	31.12.2014	31.12.2014	31.12.2013
	R\$ MIL	R\$ MIL	R\$ MIL
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	335	681	462
DESPESAS (RECEITAS) QUE NÃO AFETAM O CAIXA:	104	259	154
Depreciações	42	81	68
Efeito Tributário s/Juro s/Capital Próprio	55	165	73
Impostos e Contribuições s/Res. de Reavaliação	7	13	13
(AUMENTO) DIMINUIÇÃO EM ATIVOS OPERACIONAIS	32	(900)	1.775
(Aumento) Diminuição das Aplicações Interfinanceiras De Liquidez	(217)	(31)	2.320
(Aumento) Diminuição de Títulos e Valores Mobiliários	1.344	269	(197)
(Aumento) Diminuição de Operações de Crédito	(1.302)	(1.509)	(375)
(Aumento) Diminuição de Outros Créditos	202	354	62
(Aumento) Diminuição de Outros Valores e Bens	5	17	(35)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) EM PASSIVOS OPERACIONAIS	(420)	42	(749)
Aumento de Outras Obrigações	(420)	42	(749)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	51	82	1.642
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Alienação de Imobilizado de Uso	0	2	1
Aplicação Imobilizado de Uso	(102)	(145)	(110)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(102)	(143)	(109)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento (Diminuição) de Aceites Cambiais	(41)	204	(643)
Juros sobre Capital Próprio	(137)	(411)	(183)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(316)	170	(656)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(494)	(37)	(1.482)
EFEITOS DA OSCILAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	803	356	304
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	258	258	355
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(545)	(98)	51

FINANSINOS S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ 91.669.747/0001-92

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Pela Legislação Societária

	01.07.2014	01.01.2014	01.01.2013
	a	a	a
	31.12.2014	31.12.2014	31.12.2013
	R\$ MIL	R\$ MIL	R\$ MIL
COMPOSIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
RECEITAS	3.751	7.659	6.735
Receitas da Intermediação Financeira	4.039	7.295	7.215
Receitas de Prestação de Serviços	251	449	529
Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	(576)	(992)	(1.038)
Outras Receitas	37	907	29
DESPESAS DA INTERMEIDÇÃO FINANCEIRA	(242)	(457)	(361)
INSUMOS DE TERCEIROS	(639)	(1.368)	(1.274)
Materiais, Energia e Outros	(528)	(1.014)	(1.029)
Serviços de Terceiros	(106)	(344)	(236)
Outros	(5)	(10)	(9)
VALOR ADICIONADO BRUTO	2.870	5.834	5.100
RETENÇÕES	(42)	(81)	(69)
Depreciações e Amortizações	(42)	(81)	(69)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	2.928	5.753	5.031
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	2.928	5.753	5.031
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
PESSOAL	1.700	3.510	3.292
Remuneração Direta	1.401	2.944	2.779
Benefícios	199	384	331
FGTS	100	182	182
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	794	1.562	1.277
Federais	782	1.532	1.226
Municipais	12	30	51
REMUNERÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	334	681	462
Juros Sobre Capital Próprio	82	247	110
Reinvestimentos de Lucros	252	434	352
TOTAL DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	2.828	5.753	5.031

FINANSINOS S/A – Crédito, Financiamento e Investimento
CNPJ: 91.669.747/0001-92

-9-
Código CVM: 006076 – DOC.1

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com normas e padrões aprovados pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e, com normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e estão sendo apresentadas segundo os modelos definidos pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), instituído pelo BACEN, na forma da Legislação Societária, tendo em vista que a Lei N.º 9.249, de 26.12.95, através dos seus artigos 4º e 5º, extinguiu a correção monetária de balanço a partir de 1996, tanto para efeitos fiscais, quanto para fins societários.

2 - PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na contabilização das operações e na elaboração das demonstrações foram as seguintes:

- a) as receitas e despesas foram apuradas pelo regime de competência e refletem valores nominais;
- b) as depreciações foram calculadas pelo método linear, utilizando-se taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, as quais são as seguintes: Imóveis 1,66%; Instalações, Móveis e Utensílios, Sistema de Comunicação e de Transportes, 10% e Sistemas de Processamento de Dados, 20%;
- c) a provisão para o imposto de renda é calculada a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional previsto na legislação, e a contribuição social, a alíquota de 15%, sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustadas pela realização do crédito tributário;

d) as contas do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, são demonstradas pelo valor de realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos e as variações monetárias incorridas, e deduzindo as correspondentes rendas a apropriar;

e) a provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na análise das garantias e riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas.

f) as contas do Passivo Circulante são demonstradas por seus valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridas, deduzidas das correspondentes despesas a apropriar.

g) Redução do valor recuperável de ativos (“Impairment”) – O imobilizado e outros ativos não circulantes são revisados anualmente sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, a perda é reconhecida no resultado do período pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Em 31 de dezembro de 2014 não existem indícios da necessidade de redução de valor recuperável dos ativos não financeiros.

3 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários são títulos disponíveis para venda, Cotas de Fundos de Investimento e de ações de Companhia Aberta que se encontram atualizados pelo valor da cota e/ou pelo valor médio de negociação no último dia do mês;

4 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A composição da carteira de operações de crédito por tipo de cliente e atividade econômica, em 31.12.2014, demonstramos a seguir em R\$ mil:

NÍVEIS	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	SERVIÇOS	PESSOAS FÍSICAS	TOTAL
OPERAÇÕES	DE CRÉDITO	NORMAL			
A	-	1.687	2.805	5.381	9.873
B	242	956	1.086	257	2.541
C	261	2	-	13	276
D	-	96	603	363	1.062
E	1.755	5	611	-	2.371
F	-	-	-	2	2
OPERAÇÕES	VENCIDAS				
B	-	65	7	389	461
C	-	268	52	573	893
D	-	15	182	392	589
E	273	212	-	336	821
F	-	-	-	52	52
G	-	-	-	12	12
H	-	-	8	131	139
TOTAL	776	3.306	5.354	7.901	19.092

5 - CRÉDITOS BAIXADOS EM PROVISÃO

O montante de créditos baixados, contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa, durante o exercício foi de R\$ 973 mil (R\$ 1.399 mil em 2013), tendo sido recuperados R\$ 318 mil (R\$ 375 mil em 2013).

6 - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O crédito tributário de Imposto de Renda e Contribuição Social decorre de diferenças entre os critérios estabelecidos pela Receita Federal e Banco Central do Brasil, para o reconhecimento de despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa, bem como, de provisões para possíveis perdas em ações trabalhistas.

7 - CAPITAL SOCIAL

O capital social integralizado é de R\$ 12.351 mil representado por 913.778 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

8 – OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

O saldo inicial e final de Outros Resultados Abrangentes corresponde ao saldo da Reserva de Reavaliação.

9 – RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Está representado pela contabilização no primeiro semestre de ganhos em processo judicial e rendas de aluguéis de imóveis não destinados ao uso.

10 - DIVIDENDO

O Estatuto Social da empresa prevê dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido após ajustes previstos na Lei das Sociedades por Ações, sendo o dividendo proposto demonstrado em R\$ mil:

DISCRIMINAÇÃO	2014	2013
Lucro Líquido	681	462
Realização de Reserva de Reavaliação	33	32
(-) Reserva Legal constituída	22	18
Base de Cálculo do dividendo	692	476
Dividendo proposto (juros líquido de IR)	350	155
Percentual do dividendo	50,58	32,56
Número de ações com direito a dividendo	913.778	913.778
Dividendo por ação em R\$	0,38	0,17

Os dividendos propostos foram creditados aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio, conforme previsto no art. 9º da Lei N° 9.249/95.

11 – JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Atendendo determinação da Circular N.º 2.739/97 do BACEN, os efeitos dos juros sobre o capital próprio, calculados conforme Artigo 9º da Lei N.º 9.249/95, foram reclassificados para Lucros Acumulados, conforme abaixo em R\$ mil:

	2014	2013
Resultado Líquido	681	462
Juros s/Capital Próprio	(411)	(183)
Efeito Tributário s/Juros	164	73
	----	----
Resultado Líquido Ajustado	434	352

12 - SEGUROS CONTRATADOS

A empresa mantém contratos de seguro em montantes considerados adequados para a cobertura de eventuais riscos, conforme discriminação abaixo em R\$ mil:

ESPÉCIE	OBJETO	2014	2013
Incêndio	Imóveis, Instal., Móv. e Equip. etc.	4.000	4.000
Automóvel	Veículos	77	77
Roubo	Máquinas e Equipamentos	35	35
R. Diversos	Imóveis e R. Civil	905	795

13 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos de passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações de captação com outras partes relacionadas, realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos e volumes de operação, são as seguintes em R\$ mil:

	2014			2013	
	PASSIVO	DESPESAS		PASSIVO	DESPESAS
		SEMESTRE	EXERCÍCIO		EXERCÍCIO
CAME - PARTICIPAÇÕES LTDA.					
Recursos de Aceites Cambiais	41	1	2	43	3
PESSOAS FÍSICAS					
Recursos de Aceites Cambiais	3.182	145	279	2.606	189

As captações através de recursos de aceites cambiais são remuneradas a taxa média de 95% do CDI.

14 – APLICAÇÃO DO DISPOSTO NA LEI N.º 11.638 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007 E ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

A aplicação das disposições da Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007 e nº 11.941 de 27 de maio de 2009, também levando em consideração os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) na elaboração das demonstrações contábeis não produziu qualquer impacto no resultado do exercício da instituição.

A empresa optou por manter a Reserva de Reavaliação até a sua efetiva realização por depreciação ou alienação, cujos efeitos na base de cálculo dos dividendos estão descritos na nota explicativa nº 10.

A estrutura de controle dos riscos de mercado, operacional, de crédito, de liquidez e de capital, encontra-se efetivamente implementada, através de ferramentas específicas para identificação e monitoramento dos riscos, visando assegurar o cumprimento das políticas estabelecidas. Os Diretores responsáveis pela gestão de riscos, juntamente com os demais gestores que suportam os comitês de riscos, analisam e definem estratégias e ações dentro de sua área de atuação.

GILBERTO LAMPERT
Diretor Presidente

GILDO LAMPERT
Diretor

ROBERTO CARDOSO
Diretor e de Relações com
Investidores

MAURO ELAR FERRARI
Contador CRC-RS N° 43.340
CPF N° 215.545.600-04

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os abaixo assinados, membros do Conselho de Administração da FINANSINOS S/A – Crédito, Financiamento e Investimento, atendendo preceitos legais e estatutários, após examinarem os documentos referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, bem como o Relatório da Administração e as respectivas demonstrações financeiras, tendo encontrado tudo na mais perfeita ordem, decidiram sua aprovação.

Novo Hamburgo, 26 de janeiro de 2015.

CESAR AUGUSTO PERONI ODY
Presidente
DANIELA ODY NEDEL

JOSÉ ADOLFO SELBACH
Vice Presidente
ITALO DALLA BARBA

MARIA HELENA ADAMS PEREZ

PAULO CESAR SANVITTO

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras da FINANSINOS S/A – CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

Declaramos ainda que revimos, discutimos e concordamos com a opinião expressa no parecer dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

Novo Hamburgo, 31 de dezembro de 2014

GILBERTO LAMPERT
Diretor Presidente

GILDO LAMPERT
Diretor

ROBERTO CARDOSO
Diretor e de Relações com Investidores

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

Ilmos Srs.
Diretores da
Finansinos S/A – Crédito, Financiamento e Investimento
Novo Hamburgo - RS

*Examinamos as demonstrações financeiras da **Finansinos S/A – Crédito, Financiamento e Investimento**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.*

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

*Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Finansinos S/A – Crédito, Financiamento e Investimento** em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.*

Outros Assuntos

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2014, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 20 de janeiro de 2015.

CARLOS ALFREDO MOG
Contador Responsável
CRCRS Nº 34.612

MBAUDIT – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRCRS Nº 3.864